



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA

GERENCIAMENTO DE RISCOS

SEI nº 4802/2025

Objeto: contratação de serviços de vigilância patrimonial armada.

1. OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo o presente Gerenciamento de Riscos identificar os eventos que ensejam riscos e os impactos associados desde o planejamento da aquisição até o encerramento do contrato e estudar as soluções aplicáveis para fins de controle, prevenção e mitigação de acordo com as disposições contidas nos arts. 25 e 26 da IN 5/2017 – SEGES/MPDG; Resolução TSE nº 23.702/2022; Resolução TRE/RN nº 17/2017 e no art. 18, X da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Trata-se de uma contratação prioritária para o TRE/RN como demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, pela necessidade demonstrada no referido artefato.

1.3. Segue mapa de riscos com as ações a serem adotadas pelas unidades competentes visando minimizar o risco ou sanar/reduzir os impactos, no caso de ocorrência.

MAPA DE RISCOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
1	1 - Contratação de serviços inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do TRE/RN.	MB	1 - Contratação ilegal à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018, Resolução TSE nº 23.702/2022 e jurisprudência do TCU. 2- Impacto nos cálculos das despesas com	MA	1 - Leitura atenta das vedações contidas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, Art. 12 Res. TSE nº 23.702/2022 e acórdãos do TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Deixar claro nos artefatos da fase de planejamento da contratação que os serviços serão de apoio/auxílio, devendo as atividades	1 - Promover alteração qualitativa no contrato para adequar as atividades dos terceirizados de acordo com a legislação. Não sendo possível, promover a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			<p>Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da LC 101/2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da LC 101/2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p>		<p>relativas ao planejamento, pareceres técnicos, decisões, e outras de cunho estratégico serem de responsabilidade dos servidores.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Consulta ao CBO (Código Brasileiro de Ocupações) e Resolução TSE nº 20.761/2000 para fins de seleção de profissional não abrangido pelo plano de cargos do TRE/RN.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Consulta prévia à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para analisar os Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência quanto aos aspectos da legalidade na escolha da categoria profissional e da seleção dos serviços que serão exigidos da futura contratada.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>extinção imediata do contrato.</p> <p>Resp: Administração.</p>
1	<p>1 - Contratação de quantitativo de profissionais superior às necessidades.</p> <p>2 - Adoção de carga horária de trabalho superior às necessidades.</p>	MB	<p>1 - Superfaturamento do contrato.</p> <p>2 - Profissionais ociosos.</p>	MA	<p>1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Leitura atenta da CCT correspondente à categoria profissional no que diz</p>	<p>1 - Alterar o contrato para adequá-lo às reais necessidades do TRE/RN e, em não sendo possível, promover a sua extinção.</p> <p>Resp: Administração.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>respeito a carga horária de trabalho a ser exigida do terceirizado.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Verificar normas que tratam da jornada de trabalho nos contratos de Terceirização na Administração Pública Federal.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>2 - Suprimir o contrato quantitativamente em até 25% do valor total.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.</p>
1	1 - Contratação de quantitativo de profissionais inferior às necessidades.	MB	<p>1 - Serviços não serão executados de forma correta.</p> <p>2 - Provável queda na qualidade dos serviços executados pela baixa quantidade de vigilantes à disposição.</p>	A	<p>1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Previsão no Termo de Referência de contratação eventual de pacotes de serviços adicionais para suprir demanda extra por profissionais caso venha a surgir.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - Acréscimo percentual de até 25% do valor total do contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização.</p> <p>2 - Acionamento dos pacotes de serviços adicionais previstos no Termo de Referência.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização.</p>
1	1 - Perda patrimonial e insegurança para os servidores por ausência de vigilância armada.	MA	1 - Prejuízo ao erário e aos servidores lotados nos prédios de execução dos serviços.	MA	<p>1 - Realizar a contratação de vigilância armada.</p> <p>Resp: Administração.</p> <p>2 - Manter o contrato de videomonitoramento.</p> <p>Resp: Administração.</p>	Não há.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
2	1 - Valor estimado superior à realidade de mercado.	MB	1 - Contratação superfaturada.	MA	<p>1 - Indicar no termo de Referência a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que foi utilizada na pesquisa de preços.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Ler toda a Convenção Coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios.</p> <p>Resp: SETEC.</p> <p>3 - Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos de pagamento obrigatório.</p> <p>Resp: SETEC.</p> <p>4 - A pesquisa de preços deverá ser realizada com base na IN nº 5/2017 - MPDG e IN nº 65/2021 – SEGES/ME.</p> <p>Resp: SETEC.</p>	<p>1 - No caso da contratação ser efetivada, deverá ser proposta redução no valor do contrato a níveis compatíveis com o mercado ou extinção contratual.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.</p>
2	1 - Valor estimado inferior à realidade de mercado.	MB	1 - Licitação deserta ou fracassada.		<p>1 - Indicar no termo de Referência a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que foi utilizada na pesquisa de preços.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>2 - No caso de fracasso da licitação, deverá ser realizado novo procedimento de contratação, com nova pesquisa de</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>2 - Ler toda a Convenção Coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios.</p> <p>Resp: SETEC.</p> <p>3 - Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos de pagamento obrigatório.</p> <p>Resp: SETEC.</p> <p>4 - A pesquisa de preços deverá ser realizada com base na IN nº 5/2017 - MPDG e IN nº 65/2021 – SEGES/ME.</p> <p>Resp: SETEC.</p>	<p>preços corrigindo os vícios existentes.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento e SETEC.</p>
2	1 - Falta de interesse do mercado no objeto da licitação.	MB	1 - Contratação deserta ou fracassada.	MA	<p>1 - No Termo de Referência, exigir apenas os documentos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, IN nº 5/2017 - SEGES/MPDG e normas específicas do objeto.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Para fins de contratação, adotar no Termo de Referência apenas às exigências necessárias. Evitar, por exemplo, cláusula de reserva geográfica e permitir subcontratação parcial, se cabível.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - Consultar o mercado a fim de conhecer os motivos do desinteresse e realizar novo procedimento de contratação, excluindo do Termo de Referência as exigências restritivas.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>3 - Consultar previamente o mercado.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Divulgação ostensiva do edital nos canais de comunicação do TRE/RN e envio aos órgãos de classe da categoria (Conselho e Sindicato).</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	
3	1 - Contratada atrasa pagamento aos seus funcionários.	M	<p>1 - Possíveis demandas judiciais pelos atrasos nos pagamentos aos funcionários terceirizados.</p> <p>2 - Insatisfação dos funcionários pelo atraso no pagamento já que se trata de direito líquido e certo receber o salário e demais benefícios dentro do prazo previsto em lei e no contrato trabalhista.</p>	A	<p>1 - Prever no Termo de Referência a aplicação de sanções administrativas para o caso de atraso no pagamento por parte da contratada aos seus funcionários.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Prever no Termo de Referência a possibilidade do TRE/RN pagar o salário e demais benefícios diretamente aos funcionários terceirizados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Exigir no Termo de Referência que a contratada providencie a abertura de conta vinculada ou realizar o pagamento pelo fato gerador.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Indicar no Termo de Referência cláusula que exija da contratada o pagamento aos funcionários dos valores vigentes em convenção</p>	<p>1 - Realizar o pagamento diretamente aos terceirizados, nos termos previstos no Edital do certame licitatório e no contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização, SEGEC e Administração.</p> <p>2 - Oficiar a empresa contratada alertando para a possibilidade de extinção contratual caso a situação venha a se repetir e aplicar as sanções administrativas cabíveis.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e AJDG.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					coletiva, independentemente do pedido de repactuação. Resp: Equipe de Planejamento.	
3	1 - Prática de assédio promovida pelo TRE/RN contra os funcionários terceirizados.	MB	1 - Insatisfação dos funcionários pelo dano moral sofrido, podendo ocorrer judicialização quanto ao assédio praticado.	MA	1 - Prever no Termo de Referência a necessidade de conhecimento por parte dos funcionários da contratada da política de combate ao assédio promovida pelo TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Estudar a legislação e regulamentação sobre o tema em fontes como CNJ, TSE e TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Campanha de divulgação interna. Resp: Administração.	1 - Intensificação da fiscalização contratual para conscientizar o servidor que estiver praticando assédio contra o funcionário terceirizado. Resp: Equipe de Fiscalização.
3	1 - Insatisfação dos profissionais com o baixo salário a ser pago.	A	1 - Profissionais em busca de melhores condições salariais, provocando alta rotatividade nos postos de trabalho.	A	1 - Procura por uma CCT com melhores condições salariais. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Determinar no Termo de Referência uma CCT paradigma e impossibilitar o licitante de adotar outra com valor de salário inferior. Resp: Equipe de Planejamento.	Não há.
3	1 - Terceirizado realizar atividades não previstas em contrato (desvio de função).	M	1 - Prejuízo na execução dos serviços que estão previstos em contrato.	MA	1 - Os serviços executados pelos terceirizados deverão estar previstos no Termo de Referência. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - A contratada será orientada a expor de imediato à fiscalização qualquer atividade que for solicitada e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			2 - Insatisfação dos profissionais com possibilidade de judicialização.		2 - Poderá ser prevista no Termo de Referência a função de supervisão, na qual o profissional fará uma triagem prévia dos serviços a serem executados. Resp: Equipe de Planejamento.	não esteja prevista em contrato. Resp: Equipe de Fiscalização.
3	1 - Relação de pessoalidade e subordinação entre Contratante e empregados da Contratada que possam caracterizar relação empregatícia.	B	1 - Reconhecimento do vínculo empregatício pela Justiça Trabalhista levando a prejuízo ao erário.	MA	1 - De acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG será estabelecido no Termo de Referência as atividades a serem executadas pelos terceirizados como forma de evitar a subordinação jurídica. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - O STF adotou entendimento da impossibilidade de vínculo empregatício entre terceirizado e a Administração Pública, diferentemente do entendimento adotado pelo TST. Caso o vínculo empregatício seja reconhecido pela Justiça Trabalhista, a União deverá recorrer ao STF. Resp: Administração.
3	1 - Empresa contratada indicar profissionais inabilitados ou com pouca experiência.	M	1 - Baixa qualidade dos serviços executados.	MA	1 - Indicar no Termo de Referência o IMR - Índice de Medição de Resultado com possibilidade de glosa no pagamento para serviços entregues com qualidade inferior ao mínimo exigido. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Indicar no Termo de Referência entre as condições	1 - Glosar o pagamento de acordo com o IMR. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA**

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					da contratação a habilitação do profissional bem como a experiência mínima necessária. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Fiscalizar se a qualificação do profissional indicado pela contratada está de acordo com o exigido em Edital. Resp: Equipe de Fiscalização.	
3	Interrupção da execução do contrato pela contratada.	B	1 - Serviços não serão executados ocasionando prejuízo ao TRE/RN.	MA	1 - Previsão no Termo de Referência da garantia contratual. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Previsão em Edital de critérios de habilitação econômico-financeira. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Previsão no Termo de Referência de aplicação das sanções administrativas. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Acionamento da garantia contratual. Resp: Administração.
3	Divulgação de informações que estejam sob sigilo.	B	1 - Prejuízo à imagem do TRE/RN; 2 - Prejuízo à privacidade caso o prejudicado com a divulgação seja pessoa física. 3 - Violação ao disposto na Lei de Acesso à	MA	1 - Necessidade de previsão no Termo de Referência da observância da Política de Segurança da Informação - PSI do TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Assinatura do Termo de Confidencialidade e Sigilo da Informação. Resp: Equipe de Fiscalização.	1 - Judicialização para obtenção de indenização pelo prejuízo causado com a divulgação de informação sob sigilo. Resp: Administração, União e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			Informação e outras normas correlatas.		3 - Prever no Termo de Referência sanção específica para a não observância da PSI do TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento.	2 - Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência. Resp: Administração.

Fase 1: Planejamento da contratação, 2: Seleção do fornecedor, 3: Gestão do contrato

Tabela de Gradação (Possibilidade de ocorrência do risco e Impacto):

MA - Muito Alto, A - Alto, M - Médio, B - Baixo, MB - Muito Baixo

Natal/RN, 24 de julho de 2025

Geovan Rodrigues Soares Lima

Integrante Demandante

Flavio Romero Coutinho Barreto

Integrante Técnico

Ernesto Leça Pinto

Integrante Administrativo